

Chefe de Divisão da Marinha de Goa Victorino Brim da Cunha Gusmão p.^r 19,300 x.^s—e a Alfandega muito antes p.^{lo} V. Rey Conde de Sarzedas em 3 de Dezembro de 1811.

Quando na Monção de 1774 vierão ordens da Corte p.^a a reedificação da Cidade de Goa, as obras destes Palacios forão orçadas, a saber do Palacio do Sabaio p.^r 70,600 x.^s, e em 21,000 as despezas da demolição dos Carceres da Inquisição—e do Palacio da Fortaleza em—397,000 x.^s—e p.^r aqui se pode fazer ideia da vastidão destes magestosos Palacios.

O soalho todo do Palacio de Pangim era de pedra e foi substituido p.^{lo} de madeira no tempo dos Gover.^{es} Geraes Lopes de Lima, e Conselheiro Pestana desde 1841.

A Capella deste Palacio he m.^{to} antiga pois consta que o Governador interino Antonio Telles de Menezes tomou posse do Governo nesta capella em 4 d'Outubro de 1639 pelo falecimento do V. Rey Pedro da Silva. Nova Goa 20 de junho de 1872.

Luis H. Corrêa da Graça. •

Noticias várias

1.^a Serie

1. Nota ao «Archeologo», XII, 367

Ao tratar de um anel de ouro n-*O Arch. Port.*, XII, 367, disse eu que elle havia apparecido numa sepultura romana. Fallei por informações. Mais exacto seria dizer *sepultura da epoca visigotica*: pois, tendo eu estado ultimamente em Loulé, e visto a moeda de ouro a que no citado artigo me refiro, achada juntamente com o anel, verifiquei que ella é um triente de Eudoxia (421—450), esposa de Theodosio II. No anverso tem AEL · EVDOCIA, com o busto da imperatriz voltado para a sua esquerda; e no reverso uma cruz dentro de uma coroa, com CONOB no exergo¹. A moeda está em poder do Sr. José de Azevedo Pacheco, que com toda a liberalidade me permittiu examiná-la.

Devemos pois comprehender que a sepultura data dos meados do sec. V, ou de tempos posteriores, isto é, de quando já cá estavam os Visigodos, que emquanto não tiveram moedas proprias (moedas de ouro, porque de prata e cobre nunca as tiveram, que se saiba), se utilizaram, como é notorio, das moedas imperiaes, — romanas e byzantinas.

¹ Corresponde á descripção feita por Sabatier, *Monnaies byzantines*, I, 120.

D'aqui se vê, mais uma vez, como é difficil datar certos achados, que com quanto aparentemente romanos, ou de origem romana, como o anel de que se trata aqui, podem comtudo ter sido utilizados em tempos posteriores.

2. Observações a «O Archeologo Português»

1. Os traços existentes no *pondus* de barro desenhados no vol. I, p. 22, não exprimem pêso.

2. A chave de cobre que foi figurada n-*O Arch. Port.*, IV, 280, não é romana, mas medieval.

3. A chave de ferro de que se falla *ibid.* (vid. est. 2, ali appensa, fig. 1.^a), e que talvez não seja romana, pertence hoje ao Museu Ethnologico.

4. Os tres objectos de ouro romanos, figurados na mesma estampa (dois aneis e uma fibula, não «brinco»), pertencem igualmente ao Museu Ethnologico.

3. A proposito do «Manuel de l'antiquité celtique» de Dottin

«Grâce à la comparaison des langues congénères et des dialectes celtiques modernes, le vocabulaire gaulois peut fournir des données de la plus haute valeur; il éclaire notamment de façon lumineuse la toponomastique française, et, au point de vue purement linguistique, il reste le témoin le plus ancien et le plus fidèle du vieux celtique. On aimerait à voir M. D(ottin) rendre une plus grande justice aux faits sûrs, et les mettre davantage en lumière.»

J. VENDRYES, *Revue Critique*, 1907, p. 389.

Posto que no campo da Philologia Celtica eu me não julgue com nenhuma competencia, e apenas procure orientar-me pelo que dizem os especialistas, sempre me pareceu que o Sr. Dottin, no seu aliás excellente Manual, foi a certos respeitos demasiadamente sceptico. Folgo pois de transcrever para aqui o trecho antecedente, que é devido á penna de um Professor da Universidade de Paris. Elle poderá utilizar a alguns leitores.

4. Achado archeologico

Em Golpilhares, concelho de Gaia, andando a proceder-se a umas escavações, encontraram-se sepulturas antiquissimas que continham bilhas de barro e moedas de cobre, do reinado de Constantino.

(D-*O Mundo*, de 5 de Junho de 1908).

5. Additamento á noticia necrológica do Dr. Teixeira de Aragão

Mais uma obra do Dr. Teixeira de Aragão,
da qual só ultimamente pude obter um exemplar

(Vid. *O Arch. Port.*, xi, 252-253)

O Hercules Preto, romance português de Augusto Aragão¹, Lisboa, Typographia de Martins, 1846, 268 pag. + 8 não numeradas.— Curioso por conter grande numero de vocabulos de calão. O nosso A. mostra nelle já algumas das predilecções pelas quaes ao diante se tornou notavel. No cap. iv, por exemplo, figura um colleccionador de antigualhas: *esta pedra.. foi encontrada nas escavações que se fizeram no lugar chamado TROIA, fronteiro de Setubal* (p. 73)²; *um scaphos [σκάφος].. encontrado nas recentes escavações que se fizeram proximo de S. Tiago de Cacem*, e no mesmo lugar: *esta lage cuja inscripção HONOR DEO [A] ESCVLAPIO denota ser de algum templo dedicado ao deus da medicina* (p. 76)³. O cap. vi diz Aragão que já havia sido publicado no *Jardim das Damas*.

J. L. DE V.

2.ª Serie

1. Papeis velhos da Alfandega

Com autorização superior, foi hontem pela Direcção da Alfandega nomeada uma commissão, composta do inspector superior Sr. Lopes Botelho, inspector Sr. Eduardo Martins e sub-inspector Sr. Tavares Cardoso, para proceder no archivo geral á escolha dos papeis sem importancia, cuja validade haja prescrito e que possam ser inutilizados, a fim de que dêem entrada naquelle archivo muitos documentos modernos, para os quaes actualmente não ha ali logar.

(*Diario de Noticias*, de 26 de Junho de 1907).

Nota.— Não é provavel que os papeis velhos da Alfandega de Lisboa sejam muito remotos, por isso que em 1870, segundo me consta, procedeu-se a um purificador auto de fé que aniquilou documentos de valor historico.

¹ É assim que vem no livro.

² Acêrca dos diversos achados em Troia no sec. xix, vid. *Annaes da Sociedade Archeologica Lusitana*, n.º 1, 2 e 3.

³ A inscripção que o nosso A. tinha em mente, e que começa A ESCVLAPIO DEO, vem no *Corpus*, II, 21.

2. A visita de el-rei ao Sardeal

Sardeal, 23.—É assunto ainda hoje do dia a visita regia que el-rei hontem se dignou fazer a esta villa, tendo aqui uma recepção muito condigna, revestida de um enthusiasmo delirante.

Sua Majestade foi muito bem impressionado pela visita feita a esta villa; devido á espontanea e franca manifestação que o povo do Sardeal lhe fez, conforme teve o gosto de o manifestar perante alguns cavalheiros de respeitabilidade da notavel villa de Abrantes.

É a primeira visita que, segundo consta, os reis de Portugal tivessem feito a esta villa, não existindo no archivo do municipio qualquer escrito neste sentido; entretanto possui documentos importantes relativos ao Sardeal concedidos pela rainha Santa Isabel, D. Pedro I, D. João I, D. João II, D. Affonso II [*sic*], D. Affonso V, D. João III, e D. Manoel todos de alta consideração e muito honrosos, sendo D. João III quem o elevou á categoria de villa por espontanea e honrosa carta passada em Evora a 10 de Agosto de 1531, sendo antes já constituído em julgado e concelho.

(*Diario de Noticias*, de 25 de Junho de 1907).

Nota.—Na chancellaria de D. João III, liv. 50, fl. 109, encontra-se uma carta de 21 de Setembro de 1531 pela qual Sardeal é feita villa, podendo proceder-se a eleição de juizes, vereadores, procuradores e outros officiaes do concelho. Já em 31 de Julho de 1507 D. Manoel tinha concedido ao lugar do Sardeal, pertencente ao termo da villa de Abrantes, jurisdicção criminal com appellação para esta villa (vid. chancellaria de D. João III, liv. 52, fl. 134). Merece a pena incluir aqui o que diz o Sr. Gama Barros a respeito da palavra *villa* (*Historia da Administração*, I, 46): «No transumpto d'estas côrtes [de Santarem em 1331, cap. 16, na Collecção de Côrtes, ms. I, fl. 60 v] *villa* e até lugar supõem muitas vezes uma organização municipal, tomando-se portanto como synonymos de concelho; e o mesmo se infere de outros documentos do sec. XIV: por exemplo, a circular de 3 de Julho de 1349 (*Add. á Synopse chronologica*, p. 60), dirigindo-se «A vos Juizes e Vereadores e Homens bõos de tal Lugar» usa indistinctamente dos vocabulos *villa*, lugar, concelho. *Livro das leis e posturas*, copia II, fl. 202 v a 206)». Dois foliões do Sardeal cantam no auto de Gil Vicente da *Serra da Estrella*.

3. Necessidade de-carimbar os documentos de um archivo

Em Janeiro de 1879 appareceram á venda em Paris dois documentos. Um era o original da instrucção secreta dada por Carlos V a Filipe II e datado de 6 de maio de 1543, e o outro, datado de 4 do mesmo mês, era a primeira instrucção dada pelo imperador a seu filho. Alfredo Morel-Fatio reconheceu logo o deposito d'onde tinham sido roubados e onde existiam ainda em 1863.

Esse deposito era o Archivo do Ministerio do Negocios Estrangeiros de Madrid. Eis as palavras com que Fatio termina a sua nota publicada na *Bibliothèque de l'École de Chartres*, LX, p. 564: «Je remarquerai seulement que les autographes en question ne portent ni timbre ni cachet: leurs acquéreurs se trouvent donc par là à l'abri de toute réclamation, et ces précieux documents doivent être considérés comme définitivement perdus pour l'Espagne. Si cependant, au lieu de les laisser dans un volume de mélanges où elles s'offraient pour ainsi dire à celui qui voulait les prendre, on les avait gardées à part, en les munissant d'une marque de propriété bien apparente et en les inscrivant, sous un numéro de classement, dans une inventaire, le voleur n'eût très probablement pas accompli son larcin».

São palavras que merecem ser meditadas.

4. Cartorios de notarios no Porto e Guimarães

Os nossos cartorios de tabelliães conservam só documentos relativamente modernos.

No Porto sei só da existencia de dois que alcancem o sec. XVII: são o do Campos e o do Curado, que começa em 8 de Novembro de 1640, havendo-se queimado num incendio os anteriores.

Em Guimarães existe o de Sousa Mascarenhas, que é posterior a 1872; o de Dias de Oliveira, que começa em 17 de Agosto de 1603; e o de Botto Junior, que começa em 8 de Maio de 1600.

A explicação d'este facto é facil de achar.

As *Ordenações do Reino*, no liv. I, tit. 78, determinam que os tabelliães sejam obrigados a guardar os livros de notas durante toda a sua vida, os quaes o seu successor será obrigado a conservar até quarenta annos depois de serem feitas as escrituras. Portanto, neste caso, são mais de recear os zelosos cumpridores da lei do que os descuidados.

Aproveito o ensejo de indicar a data em que começam os livros da freguesia de S. Estevam de Barrosas, no arcebispado de Braga: Baptismos, 1589; casamentos, 1591; obitos 1590.

5. Portingal

A Sr.^a D. Carolina Michaëlis de Vasconcellos, no *Cancioneiro da Ajuda*, II, 695, nota 4, cita varias fórmas da palavra *Portugal* em linguas estrangeiras até o sec. XV. Entre ellas conta-se o romance anglo-normando *Torrent of Portingal*, d'onde parece deduzir-se que *Portingal* era a fórma primitiva inglesa do nosso nome. Effectivamente na

carta de mestre Guilherme Lynwolde, doutor em leis, datada de 3 de março, 14 de setembro de 1422, que vem publicado em Rymer, IV, iv, 47, e que só conheço pelo artigo de Mirot e Deprez publicado na *Bibliothèque de l'École des Chartes*, LXI, 1900, p. 30, sob o título *Les Ambassades anglaises pendant la guerre de cent ans*, encontra-se o seguinte: «missi in ambassata regis versu regem Portingal in comitiva Thome Baronnis de Carrewe ex mandato regis Henrici V nuper regis Anglie». Também o Dr. Leite de Vasconcellos, nos *Ensaícos Ethnographicos*, I, 138, se detem a considerar esta fórma. Os Normandos conheciam *Portigal*, país que ficava na *Spánlönd* ou *Spána-land*, vid. Kristoffer Fabricius: vid. *La connaissance de la Péninsule espagnole par les hommes du Nord*, Lisbonne, 1892, p. 3. Em uma carta das freiras de S. Christovam de Pütrich, da Baviera, ao rei D. Manuel, datada de Munich no anno de 1518 (Arquivo Nacional: *Cartas missivas*, II, 21), escreve-se *Kung zw portygalie vnd algariorum*.

6. Archivo do Theatro Normal.—A historia do theatro português no sec. XIX—Manuscritos valiosos e autographos de valor inestimavel

Por iniciativa do commissario regio junto do theatro D. Maria II, o illustre escritor Sr. Dr. Julio Dantas, e proposta feita pelo mesmo funcionario ao governo, vae ser criado e organizado o «Archivo do Theatro Normal», á semelhança dos archivos existentes junto dos theatros officiaes dos grandes paeses,—instituição esta que tem uma grande importancia, não só para a vida artistica do estabelecimento que a possui, mas como subsidio e documento inestimavel para a historia do theatro português durante o sec. XIX e em particular para a historia dos differentes regimes que desde o inicio se teem succedido na exploração da «Casa de Garrett».

Do novo archivo farão parte trezentos e trinta e tres manuscritos, que constituiram o repertorio do theatro do Estado, desde 1844 até a data em que o bispo de Viseu terminou a administração official: entre estes manuscritos, na maior parte autographos, ha alguns de grande valor, firmados por nomes como Mendes Leal, o velho Cascaes, Biester, Chagas e inclusivamente Eça de Queiroz, que lá tem uma peça autographa,—sendo de notar nos rostos e ante-rostos as rubricas dos varios commissarios, os pareceres do antigo conselho, e as distribuições pelos actores do tempo.

Igualmente fazem parte do Archivo que vae ser criado duzentos e tantos volumes de theatro francês impressos, alguns volumes de theatro hespanhol, livros valiosos de sumptuaria, restos da antiga livraria do theatro (1860), todo o repertorio da extincta sociedade ar-

tistica, constituído por cêrca de cem volumes manuscritos, os figurinos que serviram para a composição das personagens que teem sido representadas no theatro D. Maria II, na maior parte assinados por Manoel de Macedo, e, finalmente, todos os documentos, livros, cartas, officios, contas de receita e despesa, etc., relativos ao periodo da exploração que vae desde 1898 a 1907.

Para este Archivo continuarão, naturalmente, a entrar todos os documentos e manuscritos durante as explorações futuras do referido theatro, quaesquer que ellas sejam, de fôrma a que a nova instituição possa considerar-se, num futuro muito proximo, um valiosissimo repositório e uma base larga para a investigação erudita.

(D-O Seculo, de 22 de Julho de 1907).

PEDRO A. DE AZEVEDO.

Onomastico medieval português

(Continuação. Vid. *O Arch. Port.*, XIII, 164)

- Pega, app. h., 1258. Inq. 306, 1.^a cl.
 Pegas, geogr., 1258. Inq. 538, 2.^a cl.
 Pegairus, villa, 1038. Tombo S. S. J. Dipl. 184.—Id. 224.
 Pegiaros, Pejarios e Pelagiaros, villa, 1034. Tombo S. S. J. Dipl. 173.
 Pegriza, geogr., 1258. Inq. 695, 1.^a cl.
 Peiarius, villa, 1043. Doc. most. Graça. Dipl. 201.—Id. 225.
 Peidella, geogr. (?), 1099. L. Preto. Dipl. 545.
 Peido e Pardo, app. h., 1220. Inq. 159, 2.^a cl.
 Peijarios, villa, 1033. Tombo S. S. J. Dipl. 172.
 Peinzaes, geogr., 1258. Inq. 555, 1.^a cl.
 Peipom, app. h., 1258. Inq. 384, 2.^a cl.
 Peirelio e Perelio, n. h., 1220. Inq. 35, 2.^a cl.—Id. 115.
 Peiteado, app. h., Era 1303. Dissert. chron., 1.^o, p. 328.
 Peixe, app. h., 1258. Inq. 389, 2.^a cl.
 Peixeiro, app. h., 1220. Inq. 107, 1.^a cl.
 Peixota e Peixoto, app. m. e h., sec. xv. S. 300.
 Pel, rio, territ. portug., 936. Doc. most. Moreira. Dipl. 25, n.^o 41.—
 Id. 111 e 170.
 Pelaaio, geogr., 1018. L. Preto. Dipl. 147.
 Peladio, n. h., 1093. Doc. most. Avè-Maria. Dipl. 473.
 Peladiz, app. h., 1097. Doc. most. Pendorada. Dipl. 510.
 Pelagiaros, villa, 1034. Tombo S. S. J. Dipl. 173.—Id. 204.